

## Historiografia e Crítica literária: Reflexões acerca do conceito de “Cultura Intelectual” a partir dos escritos de Tristão de Athayde (1918-1928)

Thiago Lenine Tito TOLENTINO

Universidade Federal de Minas Gerais

[thiago\\_lenine@yahoo.com.br](mailto:thiago_lenine@yahoo.com.br)

**Resumo:** Este trabalho procura realizar uma reflexão acerca da história da crítica, da crítica literária e da história intelectual, elencando características que permitam a constituição de uma história da cultura intelectual brasileira nos anos 1920. Trata-se de um tema que o autor vem desenvolvendo em sua pesquisa de doutorado.

**Palavras-chave:** Cultura Intelectual; Crítica Literária; Tristão de Athayde.

Neste artigo, irei apresentar alguns resultados parciais em torno de minhas pesquisas acerca da história da cultura intelectual brasileira nos anos 1920. Trata-se de um percurso que, neste artigo, irei abordar segundo a crítica literária. A moderna noção de crítica, se pudermos chamar assim<sup>1</sup>, emergira, segundo Reinhart Koselleck, nos fins do século XVII e desenvolvera-se durante todo o século XVIII e posteriores. O autor considera em sua recomposição tanto figuras reconhecidas quanto panfletos anônimos, articulando diversos tipos de produções e práticas sociais, culturais e políticas. O conceito de crítica desde o século XVII passa por vários desdobramentos até fins do século seguinte. Porém, nos cabe aqui apresentar sua forma consolidada, especificamente moderna, quando “a crítica não permaneceu restrita aos campos da filologia, da estética e da história; tornou-se, de modo geral, a arte de alcançar, pelo pensamento racional, conhecimentos e resultados justos e corretos” (KOSELLECK, 1999, p. 96). Arrogando-se, não raramente, poderes irrestritos garantidos pela Razão, a crítica passaria a emitir sem parar *notas promissórias contra o futuro*. No afã de se colocar acima dos partidos, desinteressado e racional, o crítico torna-se promotor e advogado, cujo objetivo seria estabelecer a verdade. Em finais do século XVIII,

---

<sup>1</sup> “A palavra *Kritik*, crítica (em francês, *critique*; em inglês, *critiks*, hoje apenas *criticism*) tem um comum com *Krise* (em francês, *crise*; em inglês, *crisis*) a origem grega a partir do verbo κριτική: separar, eleger, julgar, decidir, medir, lutar combater”. [...] “O ‘*criticus*’, porém, como no grego, é também ‘*grammaticus*’ e juiz em matéria da arte. Na Idade Média, a palavra ‘*crisis*’ permaneceu restrita ao uso médico e designava o estágio decisivo para o desenvolvimento de uma doença, em que se dedicará ao que ainda não está decidido” [...] “A crítica, por outro lado, afastou-se da palavra crise, que lhe correspondia originalmente, e permaneceu restrita à arte de julgar e apreciar, sem que seu sentido incluisse a gravidade de uma decisão, tal como ocorria no sentido teológico, jurídico e médico da crise. O peso da forma adverbial e adjetiva ‘crítico’ (*critique*, *critic*, *critical*) varia, portanto, conforma a referência à ‘crise’, ou à ‘crítica’”. (KOSELLECK, 1999, p.202-203). “Com a Renascença, retornou à circulação, de parceria com ‘gramático’ e ‘filólogo’, o que denuncia a permanência do sentido original de ‘juiz’ ou ‘intérprete’ de obras literárias”. [...] “No século XVII, com vários sentidos, o termo aparece francamente em título de obras: *Critique de l’École des Femmes* (1663), de Molière; *Art Poétique* (1674), de Boileau; *Critique du Vieux Testament* (1680), de Simon.” [...] “Pouco depois, o vocábulo despontava no frontispício de ensaios, como *The Grounds of Criticism in Poetry* (1704), de John Dennis, *Essay on Criticism* (1711), de Pope, e *The elements of Criticism* (1762), de Lord Kames”. [...] “desde há um século a palavra ‘crítica’, ou qualquer de seus sinônimos, enriqueceu-se de sentido e tornou-se universalmente aceita como designativo de análise, interpretação e julgamento da obra de arte, ou de objetos paralelos (crítica da situação econômica, crítica do progresso científico, etc.), ou ainda indicativo dos modos de julgar (crítica histórica, crítica oral, crítica jurídica, etc.)” [...] “No curso do tempo, aos poucos o vocábulo ‘crítica’ veio ganhando significados novos, até chegar à indeterminação semântica dos nossos dias” (MOISÉS, 1983, p. 293-295).

porém, a reflexão que submetia, irrestritamente, o Estado, a Igreja e a História ao crivo da Razão conheceu a crítica à própria Razão, apontando-lhe os limites e condições de possibilidade da emissão de juízos acerca da verdade, do belo e do justo. A filosofia kantiana, neste sentido, estaria dentre os vetores que deram “um fim ao processo do Iluminismo” (KOSELLECK, 1999, p. 96).

Os séculos XIX e XX irão desenvolver os mais amplos significados e caminhos possíveis ao trabalho crítico e intelectual. Se no século XVIII, Voltaire - sob o véu de uma distinção apolítica entre a crítica, o panfleto e o libelo - “ao praticar crítica literária, estética ou histórica, criticava indiretamente a Igreja e o Estado” (KOSELLECK, 1999, p. 101), posteriormente, a crítica literária constitui-se como lugar privilegiado para verificação da dinâmica cultural política moderna: significações da sociedade e do Estado. Assim é que o século XIX conhecerá desdobramentos complexos no interior dos sentidos da crítica, desde as enunciações panfletárias às resenhas acadêmicas, cujo maior suporte corrente será o jornal, a imprensa periódica e, no crepúsculo dos oitocentos, as revistas e resenhas especializadas<sup>2</sup>. Esta periodização, que marca a passagem do jornal ao livro e à revista especializada, porém, é válida para França<sup>3</sup> e, provavelmente, para outros países ocidentais, pois, no Brasil, o jornal, com modificações estruturais, substanciais e singulares, continuará atendendo a esta demanda crítica variadíssima, pelo menos, até o início da segunda metade do século XX<sup>4</sup>.

Assim, a fim de compreender os enunciados emitidos no interior da crítica literária é preciso reconhecer seu contexto social e linguístico<sup>5</sup> associado, primeiramente, a este veículo revolucionário que foi o jornal. Machado de Assis, em 1859, dizia:

O jornal, abalando o globo, fazendo uma revolução na ordem social, tem ainda a vantagem de dar uma posição ao homem de letras; porque ele diz ao talento: *Trabalha! vive pela ideia e cumpres a lei da criação!* Seria melhor a existência parasita dos tempos passados, em que a consciência sangrava quando o talento comprava uma refeição por um soneto? (ASSIS apud LAJOLO, 1994, p. 28).

Além de fazer “revolução”, o jornal ainda poderia render dividendos à subsistência, algo que Olavo Bilac reconhecerá como factível apenas cinquenta anos depois e que Monteiro Lobato viu com surpresa, ainda posteriormente<sup>6</sup>. Segundo Sérgio Miceli,

O que fora para alguns escritores românticos (por exemplo, Alencar e Macedo) uma atividade e uma prática “tolerada”, tornando-se depois para

<sup>2</sup>« Dans la pratique de la critique bibliographique, la revue était en rupture avec le modèle canonique de la critique littéraire ». [...] Le but de la revue n'était pas aucunement pédagogique, la vulgarisation n'était pas son ambition. Conçue et rédigée par des « spécialistes » [...] Elle devait constituer le point de ralliement des ‘professionnels de l'érudition scientifique’ ». (MÜLLER, 2003, p. 118, p. 120.)

<sup>3</sup> “Les historiens du livre et de la lecture ont souvent vu le XIX<sup>e</sup> siècle comme le moment du triomphe du livre : il faudrait sans doute plutôt parler du triomphe de l'imprimeur et, plus précisément, de l'imprimé périodique ». (LYON-CAEN, 2011, p. 29).

<sup>4</sup>Considerando aí desde a constituição das universidades e a, cada vez maior, disciplinarização acadêmica das críticas. “As décadas de 1960 e 1970 são, para os estudos literários, ‘anos universitários’. E isto num duplo sentido: de um lado, pela redução do espaço jornalístico para os críticos-*scholars* e pela dificuldade de circulação, mesmo via livro, de grande parte da produção acadêmica; de outro, por uma espécie de autoconfinamento (às vezes com bons resultados intelectuais, outras não) ao *campus* universitário” (SUSSEKIND, 2003, p. 10).

<sup>5</sup> Deste modo, a história das edições e dos impressos corrobora de forma fundamental às teorizações em torno da história intelectual e do estudo das significações historiográficas de textos passados, segundo atos de fala linguisticamente, socialmente e biograficamente enunciados performaticamente, recebidos/lidos e traduzidos. Cf. (SKINNER, 2000); (POCOCK, 2001); (KOSELLECK, 2006); (GOULEMOT, 1995); (CHARTIER, 1996); (LACAPRA, 1992); (KALIFA; RÉGNIER; THÉRENTY; VAILLANT, 2011); (LIMA, 1979).

<sup>6</sup> “A minha geração, se não teve outro mérito, teve este, que não foi pequeno: desbravou o caminho, fez da imprensa literária uma profissão remunerada, impôs o trabalho”. (BILAC Apud SOUZA, 2011, p. 35). Lobato em carta a Godofredo Rangel: “Estranho isso de ganhar dinheiro com o que nos sai da cabeça. Vender pensamentos [...]” (LOBATO apud LUCA, 2008, p. 181).

certos elementos da geração de 1870 (por exemplo, Machado de Assis) uma atividade regular que lhe propiciava uma renda suplementar cada vez mais indispensável, torna-se a atividade [na imprensa] central do grupo dos “anatolianos” (MICELI, 1977, p. 72).

Antes da declaração de Machado de Assis, porém, a crítica literária há décadas era canal de debates, polêmicas e reflexões acerca da sociedade e da cultura brasileira. Afinal, “no espaço de tempo que se movimenta entre os anos de 1835 a 1872, a crítica literária conformou-se no país e definiu os pressupostos teóricos que orientam a literatura brasileira, colaborando, também, para a definição do espaço-nação” (SOUZA, 2013, p. 31).

Coluna indispensável às folhas periódicas, a crítica literária, em uma heterogeneidade apenas encoberta sob o título genérico, se constituiu no jornalismo do século XIX e XX como veículo primordial do debate público e da apresentação de ideias sociais, políticas e culturais. Raramente, porém, esta relação da crítica literária com seu suporte material-simbólico que era o jornal é levada em conta. O que se percebe, através da história do jornal, é a disseminação dos sentidos do termo “literatura”. Assim, entre os anos 1830 e 1860, os jornais franceses ostentavam regularmente o subtítulo “político e literário”, aludindo à imbricação dos termos. O projeto iluminista já procurara situar sob o título “literatura” todas as produções do espírito, nascidas do livre exercício do pensamento, sem distinção de forma nem objeto. Daí definições como a da Mme de Staël, em 1800, segundo a qual a literatura deveria ser considerada “dans son acception la plus étendue ; c’est-à-dire, renfermant en elle les écrits philosophiques et les ouvrages d’imagination, tout ce qui concerne enfin l’exercice de la pensée dans les écrits, les sciences physiques exceptées” (STÄEL apud VAILLANT, 2011, p. 318)<sup>7</sup>, cobrindo a arte de pensar e de se exprimir.

Ao mesmo tempo, a crítica literária, mormente em épocas de recrudescimento da censura, algo que sempre marcou a história dos jornais, expressão da dinâmica crítica fundamental da relação moderna entre sociedade e Estado, utilizou-se do termo literatura como escaramuça para falar de política. A relação entre ambas beira à confusão,

Plus sérieusement, cette confusion reflète aussi la vraie conviction, profondément enracinée dans les esprits du XIX<sup>e</sup> siècle, que le littérature et le politique son intimement liées, qu’ils représentent les deux dimensions complémentaires de l’action collective, l’écrivain s’adressant à son public comme l’homme politique au peuple, même si le premier adopte volontiers le monde mineur de la chronique plaisante ou du bandinage ironique (VAILLANT, 2011, p. 319).

Desvincular-se deste marco político, em nome da propalada “autonomização da arte”, será o esforço de vários intelectuais europeus durante todo o século XIX configurando-se, portanto, uma disputa pela “literatura”. Ao fim dos oitocentos, tal autonomização teria se realizado, ao menos no que toca à crítica literária que passa a ter menos espaço nos jornais e a consolidar-se em revistas especializadas. Situando a reflexão estética em primeiro plano, coordenando criação e criadores em uma só expressão, a revista literária teria destronado o jornal cotidiano de seu reino sobre a literatura. A crítica caminharia, assim, para a especialização e se destinaria a um público mais limitado, um público de revista (MELMOUX-MONTAUBIN, 2011, p. 940).

Notemos, porém, alguns gestos anteriores. Na década de 1820, o jornal parisiense *La Minerve Littéraire* tematizava esta relação entre literatura e política:

<sup>7</sup> O mesmo autor, na mesma obra, cita a consideração de Jean-Jacques Ampère, colaborador do jornal *Globe* que, a fim de condenar a tradição retórica, sentenciava: “Ou la littérature est une déclamation vaine, ou elle est une science ; si elle est une science, elle est ou de la philosophie ou de l’histoire”(AMPÈRE apud VAILLANT, 2011, p. 318).

[...] la société aujourd'hui est palpitante d'intérêts politiques : la politique appelle à son secours la littérature, qui fait alliance avec elle, mais comme auxiliaire et sans cesser d'être distinct et d'être elle-même, comme elle ne cesse pas, encore une fois, d'être de la littérature. [...] la littérature aujourd'hui doit embrasser des rapports nouveaux, non pour sortir de sa sphère, mais pour ne pas la parcourir d'une manière incomplète et futile (DARNIN apud VAILLANT, 2011, p. 319).

A literatura que não se relaciona com a política correria o risco de ser incompleta e fútil. Anos depois, um outro jornal de nome *Minerva*, do outro lado do Atlântico, desenvolvia um debate seminal na história da crítica literária brasileira em seu sentido amplo e indefinido. Trata-se dos artigos de Santiago Nunes Ribeiro intitulados “Da nacionalidade da literatura brasileira” publicados em *Minerva Brasiliense – jornal de ciencias, letras e artes*<sup>8</sup> em 1843. A discussão envolvia os nomes do General José Inácio de Abreu e Lima, autor de *Bosquejo histórico, político e literário do Brasil* [1835], e José da Gama e Castro, que em artigo precedente defendera a não existência da literatura brasileira. Além disso, o debate compreendia as concepções de Ferdinand Denis, Almeida Garrett e Gonçalves de Magalhães, especialmente ligadas à produção brasileira, e as ideias da filosofia romântica alemã de Goethe, Hegel e Schlegel. Os temas fundamentais eram sobre a especificidade do literário, sua relação com o nacional e a possibilidade de uma literatura brasileira.

Enquanto o general Abreu Lima entendia a literatura como algo amplo, “um corpo de doutrinas que professa uma nação”, Santiago Nunes Ribeiro defende uma perspectiva mais restrita,

Sem dúvida nenhuma a palavra literatura na sua mais lata acepção, significa a totalidade dos escritos literários ou científicos; e é neste sentido que dizemos – literatura teológica, médica, jurídica. – Mas daqui não se segue que devemos admitir tal acepção quando se trata de literatura propriamente dita. Ninguém ainda procurou a literatura italiana, inglesa, ou francesa nas Memórias da Academia *del Cimento*, nas Transações filosóficas, ou no *Journal des Savans* ou de *Physique*. Não é de Lancisi, Galileu, Volta ou Galvani que se nos fala na história literária, não de Boyle, Cavendish, Davy, etc. mas de Dante, Petrarca, Ariosto, Machiavelli, Shakespeare, Milton e Bossuet, Corneille (RIBEIRO, 1843, p. 8).

Sem conceder uma definição rígida à literatura, algo que ainda hoje parece constranger os teóricos<sup>9</sup>, Nunes Ribeiro tenta pela exemplaridade reconhecer o corpo literário. A inclusão de nomes como Maquiavel e Bossuet, no entanto, revela a dificuldade de reconhecermos aí o critério delimitador. A filosofia romântica alemã era retomada não para definir as produções rigorosamente literárias, mas para garantir que tais criações fossem a “voz da inteligência humana, o complexo dos símbolos que representam o espírito de uma idade ou o caráter de uma nação” (SCHLEGEL apud RIBEIRO, 1843, p. 8) e que “a literatura é a expressão da índole, do caráter, da inteligência de um povo ou de uma época” (RIBEIRO, 1843, p. 10). Tentava-se, assim, verificar a identidade da literatura brasileira que, como expressão de um

<sup>8</sup> *Minerva Brasiliense* (1843), *Nitheroy* (1836) e a *Guanabara* (1849) formariam, segundo Antonio Candido, a tríade do romantismo brasileiro. Cf. (MOREIRA, 2013, p. 36).

<sup>9</sup> Luiz Costa Lima considera que a literatura é “apenas uma convenção, impossível de caber em um conceito”. O autor lembra posições atuais que parecem querer retomar a totalidade passada, como a de Hans-Georg Gadamer: “Ao modo de ser da literatura compete toda pesquisa seriamente pensada que esteja essencialmente ligada à forma da linguagem”. Cf. (LIMA, 2006, p. 347; p. 326). Terry Eagleton afirma: “Minha opinião é que seria mais útil ver a ‘literatura’ como um nome que as pessoas dão, de tempos em tempos e por diferentes razões, a certos tipos de escrita [...]”. (EAGLETON, 2003, p.281). Antoine Compagnon, por sua vez, recorda a frase tautológica, provocativa e expressiva do ponto a que chegara a reflexão secular, de Roland Barthes: “A literatura é aquilo que se ensina, e ponto final” (BARTHES apud COMPAGNON, 2001, p. 30).

povo geograficamente, temporalmente e nacionalmente constituído, não poderia ser confundida com a literatura portuguesa, simplesmente por utilizar a língua lusitana<sup>10</sup>.

O debate acerca do literário tinha, assim, marcada conotação política, reenviando às noções de povo e nação, em um contexto pós-independente intelectualmente constrangido pela necessidade de constituir sua identidade, de desvelar o caráter nacional, um dos temas de mais longa duração na tradição da inteligência brasileira. O que, quem, como é o Brasil? A palavra literária, seja impulsionada pela “cor local”<sup>11</sup>, seja procurando a superação de um mero “instinto de nacionalidade”<sup>12</sup>, estará empenhada<sup>13</sup> nesta problemática. A imbricação do tema literário com o identitário, social e político, é tal, que as reflexões de Gama e Castro sobre o lusitanismo da literatura brasileira surgem após um questionamento anônimo acerca de um artigo publicado no *Jornal do Comércio*, em 21 de janeiro de 1842. Gama e Castro, que assinara como “um português”, teria situado, sob a rubrica de “Inventos Portugueses”, as criações do padre Bartolomeu Lourenço Gusmão. Um anônimo escrevera então ao redator da folha a fim de dirigir “duas palavras de queixumes contra uma usurpação feita aos Brasileiros”, assinando “O Brasileiro” (cf. CESAR, 1978, p. 115-116). Seria o padre Bartolomeu, natural de Santos, patrimônio brasileiro ou português? A questão foi além da anedota e fixou um importante momento de definição intelectual acerca da literatura no Brasil<sup>14</sup>.

Assim, mesmo quando voltado mais aos aspectos estéticos, formais e autônomos, como queria Machado de Assis, o horizonte literário romântico e pós-romântico brasileiro terá sempre que se ver com a indeterminação do literário, qual seja, naquilo que ele tem em relação com a política, a sociedade e a cultura. Desse modo, a crítica literária, além de fazer destes eixos uma constante de sua reflexão, mesmo quando se esforçara pela constituição de uma definição do literário em sua autonomia, via as questões de ordem política, histórica, cultural e social voltarem pela porta dos fundos. Ao fim do século XIX, tais disputas em torno do literário permaneciam fortes e sedimentadas. As reflexões de Sílvio Romero e José Veríssimo demonstram tal situação no despontar do século XX. Na obra *História da Literatura Brasileira* (1888), Sílvio Romero afirmara que “em nossa divisão não nos guiamos exclusivamente pelos fatos literários; porque para nós a expressão *literatura* tem a amplitude que lhe dão os críticos e historiadores alemães. Compreende todas as manifestações de um povo” (ROMERO, 1888, p. 13).

---

<sup>10</sup> “A literatura não toma o nome da terra, toma o nome da língua [...]”. “Não há, portanto, literatura brasileira, assim como não há literatura argentina, literatura boliviana, ou literatura mexicana; agora o que certissimamente há é que em muitas e muitas obras escritas por Brasileiros consiste um dos principais ornamentos da literatura portuguesa” (GAMA E CASTRO, 1978, p. 124,p.126.).

<sup>11</sup> Ferdinand Denis e Eugéne de Monglave incentivaram Gonçalves de Magalhães e Araújo Porto-Alegre, criadores, em Paris, da revista *Nitheroy* (1836), a desenvolverem o indianismo, uma vez que o tema, além de vir a calhar, já obtivera “nobreza internacional com os romances de Chateaubriand”. Cf. (PERRONE-MOISÉS, 2007, p. 58). “Nessas belas paragens, tão favorecidas pela natureza, o pensamento deve alargar-se como o espetáculo que se lhe oferece; majestoso, graças Às obras-primas do passado, tal pensamento deve permanecer independente, não procurando outro guia que a observação”. (DENIS, 1978, p. 36).

<sup>12</sup> Expressão título do clássico artigo de Machado de Assis publicado originalmente nos Estados Unidos no jornal *Novo Mundo*, em 24 de março de 1873. “Não há dúvida que uma literatura, sobretudo uma literatura nascente, deve principalmente alimentar-se dos assuntos que lhe oferece a sua região; mas não estabeleçamos doutrinas tão absolutas que a empobrecam. O que se deve exigir de um escritor antes de tudo, é certo sentimento íntimo, que o torne homem do seu tempo e do seu país, anda quando trate de assuntos remotos no tempo e no espaço”(ASSIS apud JOBIM, 2013, p. 82).

<sup>13</sup> “[o nacionalismo artístico] (...) leva a requerer em todos os setores da vida mental e artística um esforço de glorificação dos valores locais, que revitaliza a expressão, dando lastro e significado a formas polidas, mas características”(CANDIDO, 1975, p. 10).

<sup>14</sup> Cf. (MOREIRA, 2013, p. 34-35.)

José Veríssimo, por sua vez, demarcaria uma posição diametralmente oposta a de Romero, atualizando uma história de embates polêmicos que envolveram a crítica literária novecentista brasileira - como nas querelas entre José de Alencar e Gonçalves de Magalhães, Joaquim Nabuco e José de Alencar, Franklin Távora e José de Alencar - que continuariam a fazer parte do cenário intelectual nas primeiras décadas do século XX. Se, num primeiro momento, é a obra de Machado de Assis que se faz objeto de disputa<sup>15</sup>, atacada por Romero e defendida por Veríssimo, posteriormente, é a própria definição de literário que se torna o ponto final deste debate, já em 1916, quando, referindo-se claramente a Sílvio Romero, Veríssimo considera, em obra derradeira:

Literatura é arte literária. Somente o escrito com o propósito ou a intuição dessa arte, isto é, com os artificios de invenção e de composição que a constituem é, a meu ver, literatura. [...] Nem se me dá a pseudonovidade germânica que no vocábulo literatura compreende tudo o que se escreve um país, poesia lírica e economia política, romance e direito público, teatro e artigos de jornal e até o que se não escreve, discursos parlamentares, cantigas e históricas [sic] populares, enfim autores e obras de todo o gênero (VERÍSSIMO, 1978, p. 98).

A citação seguinte, porém, que o autor faz de Gustave Lanson<sup>16</sup>, revela toda ambiguidade que este objeto literário carregava consigo. É assim que a literatura, destinada a causar prazeres intelectuais, pedagogicamente voltada à produção do gosto pelo pensamento, seria um instrumento de “cultura interior”. E, pela dificuldade da filosofia e demais saberes especializados, caberia à literatura a obra de “vulgarização da filosofia”, ferramenta ao desembrutecimento da massa, pois, “para muitos dos nossos contemporâneos sumiu-se-lhes a religião, anda longe a ciência; da literatura somente lhes advêm os estímulos que os arrancam ao egoísmo estreito ou ao mester embrutecedor” (LANSON apud VERÍSSIMO, 1978, p. 99).

Quando, em 1919, três anos após o último de livro de José Veríssimo, Tristão de Athayde lança-se à crítica literária periódica, e não mais esporádica como fizera antes, os contornos do objeto aparecem em sua ambivalência e generalidade. Para que serviria a crítica literária? Qual seria seu objeto? Segundo Tristão,

Se me não prendem preconceitos de tempo, menos me tolhem os de escolas ou tendências. Para autores nacionais e estrangeiros, revistas ou folhetos, artistas ou técnicos, para todos os que trouxeram uma ideia nova, uma beleza, um pensamento útil, está reservada a acolhida nesta coluna (ATHAYDE, 1919, p. 9).

Como se vê, à crítica literária caberia um objetivo amplo, de contemplar personagens (nacionais ou estrangeiros) diversos, materiais (revistas ou folhetos, pois livros já estavam subentendidos) distintos, com objetivos e características variadas (artísticos ou técnicos). Ao mesmo tempo, a função da crítica era relacionada àquela do jornal: “ser um orientador de espíritos” e constituir-se em ferramenta fundamental à formação da nacionalidade (ATHAYDE, 1919, p. 9).

Após esta breve e arriscada tentativa de sistematização do trabalho crítico literário desde os fins do século XVIII até o início do século XX, devemos, a partir das primeiras considerações de Tristão de Athayde, expormos alguns questionamentos que nos tocam diretamente na feitura desta reflexão. Na recomposição acadêmica da trajetória da crítica literária oitocentista brasileira, em geral, notamos uma disposição à exposição de uma série de “momentos” da crítica, constituídos em concretizações autorais, como precursoras ou comprometedoras de uma visão atual. Não raro, a perspectiva teleológica aparece, de modo

<sup>15</sup> Sobre polêmicas e disputas na crítica literária e no pensamento social brasileiro dos séculos XIX e XX, ver: (VENTURA, 1991); (ELIAS, 2008); (MARTINS, 2013). (CARVALHO, 2008); (ROCHA, 2013).

<sup>16</sup> A crítica universitária se afirmara como ciência do texto, tendo em Gustave Lanson (1853-1953) a figura chave da nova crítica literária. Cf. (MÜLLER, 2003, p.210).

que, o olhar para o passado converte-se em espécie de genealogia do presente, notando aquilo que faltara aos autores na conformação da ideia que o presente/pesquisador faz do tema. Daí a falta de escritores universais, de originalidade literária, de linguagens difíceis na realidade intelectual brasileira, como a passagem de Cândido ilustra tão bem:

Correspondendo aos públicos pequenos e singelos a nossa literatura foi geralmente acessível como poucas, pois até o Modernismo não houve aqui escritor realmente difícil, a não ser a dificuldade fácil do rebuscamento verbal, que, justamente porque se deixa vencer logo, tanto agrada aos falsos requintados. (...) A constituição do patriotismo como *pretexto*, e a conseqüente adoção pelo escritor do papel didático de quem contribui para a coletividade, deve ter favorecido a legibilidade das obras. Tornar-se legível pelo conformismo aos padrões correntes; exprimir os anseios de todos; dar testemunho sobre o país; exprimir ou reproduzir sua realidade – é a tendência que verificamos em Magalhaes, Alencar, Domingos Olímpio, Bilac, Mário de Andrade, Jorge Amado. Mesmo quando o grande público permanece indiferente, e ele só conta com pequenos grupos, e ele só conta com pequenos grupos, o escritor brasileiro permanece fácil na maioria dos casos (...) ele sempre reivindicou entre nós tarefas mais largas do que as comumente atribuídas à sua função específica. Estas considerações mostram porque quase não há no Brasil literatura verdadeiramente requintada no sentido favorável da palavra [...] (CANDIDO, 1980, p. 86).

Podemos avaliar que nosso ponto de partida é aquele em que parece ter chegado as reflexões da história da literatura, da crítica literária e da teoria da literatura brasileira. Menos que verificar o descompasso, falta, facilidade, fraqueza, limites da literatura e do sistema literário nacionais, procuramos, justamente, explorar, especialmente, estas *tarefas mais largas do que comumente atribuídas à sua função específica*. Pois aí acreditamos residir a riqueza para construção, não de uma história da literatura, mas de uma história intelectual e, mais especificamente, daquilo que chamo de cultura intelectual brasileira.

É preciso considerar que a série de debates, polêmicas e discussões que apresentamos acima se deram nas páginas de jornais. E, do mesmo modo que as reflexões teóricas, as perspectivas metodológicas e os posicionamentos críticos modificaram-se sensivelmente, também este veículo, o jornal, assumiu variadas formas, técnicas, qualidade e profusão na passagem do século XIX ao XX. A sua presença marcante já era, desde o início do século XX, motivo de diversas avaliações segundo os intelectuais, como revela o inquérito promovido, em 1907, por João do Rio *Momento Literário*. Segundo João do Rio, numa tentativa de síntese dos trinta e oito depoimentos coletados, “os vencedores acham todos os jornalismo animador, o jornalismo necessário; os que por inaptidão, trabalho lento ou hostilidade dos plúmbeos, ainda não se apossaram das folhas diárias, atacam o jornalismo, achando essa ideia um elegância de primeira ordem” (RIO, 2006, p. 222). Vencedores, para o autor, eram os já acomodados na Academia Brasileira de Letras, que retiravam alguns ganhos financeiros dos jornais e tinham seu nome no cartaz periódico. De fato, a maioria via o jornal como um mal necessário à causa literária, poucos criticavam-lhe a essência, e muitos reclamavam do fim de uma época de ouro, que ainda ontem seria expressa na pena de José do Patrocínio, superado pelo que chamam de jornalismo industrial, movido pela necessidade de vender<sup>17</sup>.

<sup>17</sup> A expressão de Olavo Bilac talvez revele a ambigüidade da relação com o jornalismo. “Oh! sim, é um bem. Mas se um moço escritor viesse, nesse dia triste, pedir um conselho à minha tristeza e ao meu desconsolado

Para bem ou para mal, expressão da miséria, do analfabetismo e da fragilidade do sistema intelectual brasileiro<sup>18</sup>, o jornal se impôs como meio de profissionalização, divulgação, produção e circulação dos intelectuais. Tais reflexões em torno da precariedade geral da vida brasileira, ou seja, para além de suas limitações ao mundo letrado, teria gerado o romance social e a poesia de ação<sup>19</sup>, apontados, principalmente o primeiro, no início do século, como vertente irrecusável. Assim, as relações entre literatura e mundo político, cultural e social tornavam-se ainda mais indistintas. Como aponta Olavo Bilac,

A Arte de hoje é aberta e sujeita a todas as influências do meio e do tempo: para ser a mais bela representação da vida, ela tem de ouvir e guardar todos os gritos, todas as queixas, todas as lamentações do rebanho humano.

Somente um louco – ou um egoísta monstruoso –, poderia viver e trabalhar consigo mesmo, trancado a sete chaves dentro do seu sonho, indiferente a quanto se passa, cá fora, no campo vasto em que as paixões lutam e morrem, em que anseiam as ambições e choram os desesperos, em que se decidem os destinos dos povos e das raças... (BILAC apud RIO, 2006, p. 18).

A citação de Bilac parece encontrar sua interpretação, e talvez reiteração, nas palavras de Antônio Cândido,

Não espanta que os autores brasileiros tenham pouco de gratuidade que dá asas às obras de arte; e, ao contrário, muito da fidelidade documentária ou sentimental, que vincula à experiência bruta. Aliás, a coragem ou espontaneidade do gratuito é prova de amadurecimento, no indivíduo e na civilização; aos povos jovens e aos moços, parece traição e fraqueza (CANDIDO apud Cara, 1983, p. 9).

No interior deste contexto, o jornal era visto, pela maioria dos escritores entrevistados por João do Rio, como “o” meio e instrumento de ação social, cultural e pedagógica.

Quando Tristão inicia sua coluna Bibliografia, em 1919, o jornal estava decididamente fixado como meio privilegiado do debate público, reunia a maior parte dos escritores, artistas da palavra, do desenho, da crônica social, do pensamento político, social e cultural. Era o foro de lançamento, consagração e crítica dos intelectuais. As técnicas, processos e meios de feitura, divulgação e circulação dos jornais, também conheciam no despontar dos anos vinte novas alterações substanciais, consolidando-se, de vez, como empresa capitalista (SODRÉ, 1966, p. 409).

Dissemos acima que a reflexão acerca do conceito de literatura e de crítica literária seria um meio para a constituição de uma história da cultura intelectual brasileira dos anos 1920. A história intelectual, tal como vem se desenvolvendo nas últimas décadas, pode, num esforço de esquematização, num primeiro momento, ser dividida em duas vertentes, uma ligada à linguagem e outra à sociologia dos intelectuais (do conhecimento), sociologia da cultura e, posteriormente, história cultural. Na primeira vertente, incluiríamos, de início, os trabalhos associados ao *linguistic turn*<sup>20</sup> em sua face voltada à filosofia “analítica”<sup>21</sup> da

---

outono, eu lhe diria apenas: Ama a tua arte sobre todas as coisas e tem a coragem, que eu não tive, de morrer de fome para não prostituir o teu talento”. (BILAC apud RIO, 2006, p. 20).

<sup>18</sup> As considerações sobre o analfabetismo aparecem no mesmo inquérito promovido por João do Rio. Bilac, que estava a escrever um livro infantil, “isso que é tudo” dizia, pois, “se fosse possível, eu me centuplicaria para difundir a instrução”, “o mal do Brasil é antes de tudo o mal de ser analfabeto”. Do mesmo modo se expressaram, dentre outros, Medeiros e Albuquerque, Luís Edmundo e Félix Pacheco. Cf. (RIO, 2006, p. 15).

<sup>19</sup> Em um dos itens de seu questionário, João do Rio perguntava aos entrevistados se estariam em uma fase estacionária ou se havia novas escolas, do romance do social e da poesia de ação, ou, ainda, se se travava uma disputa entre antigos e modernos. Praticamente todos reconheciam, seja como fenômeno observável, seja como opção ideológica engajada, como o anarquismo declarado de Elísio de Carvalho, a emergência do romance social. Cf. (RIO, 2006).

<sup>20</sup> A expressão, segundo o filósofo pragmatista americano Richard Rorty, teria sido cunhada pelo filósofo austríaco Gustav Bergmann que, por sua vez, considerara como marco de tal fenômeno intelectual o livro

linguagem, com a qual os historiadores tiveram contato especialmente a partir das obras de John Austin e John Searle. Aí se incluem os nomes de Quentin Skinner, John Pocock e, já em uma retomada crítica, Dominick LaCapra<sup>22</sup>.

A segunda vertente, de tradição bem mais expressiva e complexa no interior da historiografia, é marcada por trabalhos que remontam desde obras como as de Karl Mannheim e Antonio Gramsci até à chamada “escola Bourdieu”, na expressão de Carlos Altamirano (ALTAMIRANO, 2006, p. 80) que, por sua vez, faz parte da reflexão contemporânea em torno do tema. No Brasil, o trabalho seminal sob tal perspectiva é o de Sérgio Miceli, *Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)*, feito sob orientação de Leôncio Martins Rodrigues e Pierre Bourdieu.

A primeira vertente trataria, fundamentalmente, da compreensão dos significados segundo a análise de enunciados como atos de fala, dotados de características locucionárias, ilocucionárias e perlocucionárias<sup>23</sup>, inseridos em um contexto social e, principalmente, linguístico. Enquanto a segunda, primordialmente, localizaria, no interior do mundo social, o campo intelectual, formado por agentes dotados de um *habitus* e de um capital cultural que os facultaria a condição de produtores de bens simbólicos e articuladores de estratégias para obtenção de sucesso (profissional, político, cultural) no jogo social. Posteriormente, esta segunda vertente desenvolveu trabalhos e reflexões, influenciados de modo mais ou menos claro pela primeira vertente, em torno da disseminação de sentidos linguísticos e discursivos a partir das noções de apropriação, representação e leitura articuladas à história das edições e dos impressos, assim como, das sociabilidades dos agentes intelectuais.

Assim, um percurso no interior de nossas reflexões envolveria: a crítica, a crítica literária na Europa e no Brasil e a história intelectual em suas variadas vertentes. Então poderíamos situar um pouco melhor a abordagem que pretendemos desenvolver: a história da cultura intelectual brasileira a partir da crítica literária de Tristão de Athayde. A ideia de uma “cultura intelectual” surge-nos na medida em que verificamos a experiência da crítica, vinculada ao jornal, em uma sociedade que ainda não produzira os processos radicais de autonomização dos diferentes disciplinas intelectuais. Quer dizer, em função da precariedade do sistema intelectual das primeiras décadas do século XX no Brasil, o jornal, como já foi reiteradamente dito, constituiu-se como meio de expressão, profissionalização e comunicação primordial da classe intelectual. Ao mesmo tempo, a noção de “literatura” abarcava, não raro, o conjunto das produções do espírito, não se restringindo a uma esfera de atuação, como a prosa de ficção, a poesia, o conto, etc. Ao contrário, a crítica literária, também, encarregava-se

---

*Tractatus logico-Philosophicus* (1921) do também filósofo austríaco Ludwig Wittgenstein, raramente lembrado pelos historiadores, apesar de sua teoria sobre jogos de linguagem desenvolvida na obra *Investigações Filosóficas* (1953). Cf. (BERGMANN, 1992).

<sup>21</sup> “Apesar de muitos filósofos ainda aceitarem o rótulo ‘analítico’, não mais almejam explicar o que uma ‘análise filosófica’ de um conceito é, nem, por quais critérios rigorosos as análises alternativas devem ser julgadas. Estão satisfeitos em simplesmente argumentar a favor de uma ou outra teoria filosófica, sem clamar controlar ferramentas metodológicas especiais, especificamente linguística”. (RORTY, 2008, p. 9).

<sup>22</sup> José Murilo de Carvalho inclui neste movimento o nome do americano Arthur Lovejoy como um marco da subárea história intelectual. Como Quentin Skinner, porém, retoma o trabalho de Levejoy criticamente, consideramos que podemos manter os três nomes numa primeira aproximação com o tema. Cf. (CARVALHO, 2000)

<sup>23</sup> “Segundo John Austin (1962), o inventor do *performativo*, toda enunciação engaja um ato que ele denomina *ilocutório*, como *perguntar* ou *responder*, *ameaçar* ou *promover* etc., que transforma as relações entre os interlocutores. Interpretar um texto literário é, acima de tudo, identificar o ato ilocutório principal, realizado pelo autor quando escreveu tal texto (por exemplo, seu enquadramento genérico: é uma súplica? É uma réplica?). Ora, os atos ilocutórios são intencionais, Interpretar um texto é, pois, encontrar as intenções de seu autor”. (COMPAGNON, 2001, p. 90-91). É preciso considerar que, segundo Austin, todo “ato de fala genuíno” é marcado por características locucionais e ilocucionais, de modo que, tal distinção é apenas uma abstração metodológica. Cf. (AUSTIN, 1962, p.146).

do tratado sociológico, dos livros de geografia, de história, de educação infantil, das revistas de arte, educação e política, dos livros de humor, dos impressos dos mais variados tipos. Assim, ela centralizava os debates intelectuais sendo um dos focos fundamentais à compreensão da história intelectual do período.

Neste sentido, o conceito de “cultura intelectual” opera, fundamentalmente, na configuração de uma perspectiva historiográfica que se distingue das histórias disciplinares: história da literatura, história do pensamento social brasileiro, história do urbanismo, história da charge e da ilustração, história da ciência, etc. Isso porque este suporte fundamental ao campo intelectual do início do século, o jornal, articulava as várias dimensões e atividades intelectuais. Pode-se dizer que, enquanto o processo de conhecimento criou academicamente disciplinas que contam a sua própria história, os objetos dessa história conheciam uma realidade marcadamente interdisciplinar. Ou seja, a história vivida é interdisciplinar, ao passo que a escrita das histórias se configurou disciplinarmente, evitando, inclusive a todo preço, as “contaminações”. A crítica literária, por sua vez, respondia à produção impressa analisando-a, julgando-a, divulgando-a e compondo um lugar de debates e reflexões acerca da produção intelectual, uma vez que as instituições de saber, as revistas especializadas, as unidades de distinção acadêmico-intelectual eram ainda incipientes, quando existiam.

Dessa forma, a análise de um crítico literário, como Tristão de Athayde, que, por mais de uma década, atuou regularmente na imprensa diária, mais do que nos revelar sua trajetória individual, suas ideias, posicionamentos, etc. nos reenvia a um conjunto de produções, ideias, autores e questões que compunham essa “cultura intelectual”. Uma crítica reenvia a um livro, que reenvia a um autor, que remete a uma outra crítica e, não raro, a um outro jornal. Um tema como o anarquismo, por exemplo, perpassava as mais diversas produções, suportes, interpretações e personagens. Poderíamos abordar tal tema em sua horizontalidade, tratando da “questão social” no interior da estrutura do periódico *O Jornal*, em que Tristão escrevia. O anarquismo era construído nos movimentos operários, nos jornais anarquistas, mas também nos livros de romance social, na crítica literária que “explicava” e hierarquizava ideias, nos panfletos, nas charges dos grandes diários, nos *fait divers* dos jornais, nos editoriais e artigos de intelectuais, e nas cartas de leitores.

Assim, a história de uma “ideia”, de uma tradição política, não se resume aos grandes autores, às obras clássicas, aos textos fundamentais, mas, segundo o interesse historiográfico, à história da enunciação e recepção destas proposições que passam a ser traduzidos em uma rede simbólica complexa, conflituosa e heterogênea. O mesmo pode-se dizer de vários tópicos da história intelectual: as ideias políticas, literárias, sociológicas, culturais. Menos que formar cânones, reconhecer tradições, reiterar interpretações sistemáticas é a observação da dinâmica dos discursos e representações em um determinado presente/passado o que importa ao historiador da cultura. O que percebemos é que, nas primeiras décadas do século XX, a primazia do jornal e a centralidade da crítica literária na conformação dos debates configuraram-se como um meio privilegiado à compreensão da “cultura intelectual” brasileira.

ALTAMIRANO, Carlos. A. *Perspectivas Sociológicas Intelectuales. Notas de investigación*. Bogotá: Grupo Editorial Norma, 2006.

ATHAYDE, Tristão de. *Bibliographia. O Jornal*, p. 9, 17/07/1919.

AUSTIN, John. *How to do things with words*. Oxford: Clarendon Press, 1962.

BERGMANN, Gustav. Logical positivism, language, and the reconstruction of metaphysics. In: RORTY, Richard. *The linguistic turn. Essays in philosophical method*. Chicago: The University of Chicago, 1992.

CANDIDO, Antonio. *Literatura e sociedade*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1980.

- Formação da literatura brasileira (momentos decisivos)*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1975. 5ª Edição. Vol 1.
- CARA, Salete de Almeida. *A recepção crítica*. O momento parnasiano-simbolista no Brasil. São Paulo: Ática, 1983.
- CARVALHO, José Murilo de. História intelectual o Brasil: a retórica como chave e leitura. *Topoi*, Rio de Janeiro, nº1, janeiro-dezembro de 2000, pp. 123-152.
- CARVALHO, Maria Alice Rezende de. Polêmica e pensamento social brasileiro. In: LUSTOSA, Isabel (Org). *Imprensa, história e literatura*. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 2008.
- CESAR, Guilhermino (Org). *Historiadores e críticos do romantismo*. São Paulo: Edusp, 1978.
- CHARTIER, Roger. *Culture écrite et société*. L'ordre des livres (XIV<sup>e</sup> – XVIII<sup>e</sup> siècle). Paris: Albin Michel, 1996.
- COMPAGNON, Antoine. *O Demônio da teoria*. Literatura e senso comum. Belo Horizonte: EdUFMG, 2001.
- DENIS, Ferdinand. Considerações gerais sobre o caráter que a poesia deve assumir no Novo Mundo. Resumo da história literária do Brasil (1826). In: CESAR, Guilhermino (Org). *Historiadores e críticos do romantismo*. São Paulo: Edusp, 1978.
- EAGLETON, Terry. *Teoria da literatura: uma introdução*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- ELIAS, Rita. Alencar e as polêmicas literárias. IN: LUSTOSA, Isabel (Org). *Imprensa, história e literatura*. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 2008.
- GAMA E CASTRO, José da. Satisfação a um escrupuloso (1842). In: CESAR, Guilhermino (Org). *Historiadores e críticos do romantismo*. São Paulo: Edusp, 1978.
- GOULEMOT, Jean M. Histoire littéraire et histoire de la lecture. In: CHARTIER, Roger (Dir). *Histoires de la lecture*. Paris: Éditions de la Maison des sciences de l'homme, 1995.
- JOBIM, José Luís. Machado de Assis: o crítico como romancista. In: CORDEIRO, Rogério; WERKEMA, Andréa Sirihal; SOARES, Claudia Campos; AMARAL, Sérgio Alcides Pereira do (ORG's). *A crítica literária brasileira em perspectiva*. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2013.
- KALIFA, Dominique; RÉGNIER, Philippe; THÉRENTY, Marie-Ève ; VAILLANT, Alain (orgs). *La civilisation du journal*. Histoire culturelle et littéraire de la presse française au XIX<sup>e</sup> siècle. Paris : Nouveau Monde, 2011.
- KALIFA, Dominique; RÉGNIER, Philippe; THÉRENTY, Marie-Ève ; VAILLANT, Alain (orgs). *La civilisation du journal*. Histoire culturelle et littéraire de la presse française au XIX<sup>e</sup> siècle. Paris : Nouveau Monde, 2011.
- KOSELLECK, Reinhart. História dos conceitos e história social. *Futuro Passado – Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Ed Puc Rio, 2006.
- Crítica e crise*. Uma contribuição à patogênese do mundo burguês. Rio de Janeiro: UERJ: Contraponto, 1999.
- LACAPRA, Dominique. Intellectual history and its ways. *The American Historical Review*, vol 97, no 2 (Apr., 1992), pp. 425-439.
- LAJOLO, Marisa. Teoria da literatura no Brasil contemporâneo: O que é, como se faz e para que serve. *Revista de Crítica Literária Latinoamericana*, año 20, n 40 (1994), pp. 11-30.
- LIMA, Luiz Costa (Seleção, tradução e introdução). *A literatura e o leitor: textos de estética e recepção*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- LIMA, Luiz Costa. *História, ficção, literatura*. São Paulo: Cia das Letras, 2006.
- LUCA, Tania Regina de. Imprensa e mundo letrado paulista no início do século XX: o caso de Monteiro Lobato. In: LUSTOSA, Isabel (Org). *Imprensa, história e literatura*. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 2008.
- LYON-CAEN, Judith. Lecteurs et lectures : les usages de la presse au XIX<sup>e</sup> siècle. In : KALIFA, Dominique; RÉGNIER, Philippe; THÉRENTY, Marie-Ève ; VAILLANT, Alain.

*La civilisation du journal*. Histoire culturelle et littéraire de la presse française au XIX<sup>e</sup> siècle. Paris : Nouveau Monde, 2011.

MARTINS, Eduardo Vieira. Contra José de Alencar: Franklin Távora no ocaso do romantismo. CORDEIRO, Rogério; WERKEMA, Andréa Sirihal; SOARES, Claudia Campos; AMARAL, Sérgio Alcides Pereira do (ORG's). *A crítica literária brasileira em perspectiva*. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2013.

MELMOUX-MONTAUBIN, Marie. La critique littéraire. In : KALIFA, Dominique; RÉGNIER, Philippe; THÉRENTY, Marie-Ève ; VAILLANT, Alain. *La civilisation du journal*. Histoire culturelle et littéraire de la presse française au XIX<sup>e</sup> siècle. Paris : Nouveau Monde, 2011.

MICELI, Sérgio. *Intelectuais e Classe Dirigente no Brasil(1920-1945)*. Rio de Janeiro: Difusel, 1979.

*Poder, sexo e letras na República Velha*. São Paulo: Perspectiva, 1977.

MOISÉS, Massaud. A crítica literária. *A criação literária*. Prosa. São Paulo: Cultrix, 1983.

MOREIRA, Maria Eunice. O Brasil em papel: ideal e propostas no pensamento crítico do romantismo. remotos no tempo e no espaço". In: CORDEIRO, Rogério; WERKEMA, Andréa Sirihal; SOARES, Claudia Campos; AMARAL, Sérgio Alcides Pereira do (ORG's). *A crítica literária brasileira em perspectiva*. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2013.

MÜLLER, Bertrand. *Lucien febvre, lecteur et critique*. Paris : Albin Michel, 2003.

Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

PERRONE-MOISÉS, Leyla. Vira e mexe nacionalismo: paradoxos do nacionalismo literário. São Paulo: Cia das Letras, 2007.

POCOCK, John G A. Historia intelectual: un estado del arte. *Prismas – Revista de historia intelectual*, nº 5, 2001, pp. 145-173.

RIBEIRO, Santiago Nunes. Da nacionalidade da literatura brasileira. *Minerva Brasiliense – jornal de ciencias, letras e artes*, n 1, Rio de Janeiro, Typographia de J e S Cabral, R do Hospício 66, 1 de novembro de 1843.

RIO, João do. *O momento literário* (1907). Curitiba: Criar, 2006.

ROCHA, João Cezar de Castro. Sílvio Romero: a polêmica como sistema. In: CORDEIRO, Rogério; WERKEMA, Andréa Sirihal; SOARES, Claudia Campos; AMARAL, Sérgio Alcides Pereira do (ORG's). *A crítica literária brasileira em perspectiva*. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2013.

ROMERO, Sylvio. História da Literatura Brasileira. Tomo Primeiro 1500-1830. Rio de Janeiro: Garnier, 1888.

RORTY, Richard. *Wittgenstein e a virada linguística*. Traduzido por Paulo Ghiraldelli Jr. Disponível em [http://ghiraldelli.files.wordpress.com/2008/07/rorty\\_virada.pdf](http://ghiraldelli.files.wordpress.com/2008/07/rorty_virada.pdf) 2008.

SKINNER, Quentin. Significado Y comprensión en la historia de las ideas. *Prismas – revista de historia intelectual*, nº 4, 2000, pp. 149-191. (1969)

SOUZA, Ricardo Luiz de. *Pensamento social brasileiro: de Raul Pompeia a Caio Prado Júnior*. Uberlândia: EDUFU, 2011.

SOUZA, Roberto Acízelo de. A crítica literária no Brasil oitocentista: um panorama. In: CORDEIRO, Rogério; WERKEMA, Andréa Sirihal; SOARES, Claudia Campos; AMARAL, Sérgio Alcides Pereira do (ORG's). *A crítica literária brasileira em perspectiva*. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2013.

SUSSEKIND, Flora. Rodapés, tratados e ensaios. A formação da crítica brasileira moderna. *Papeis colados*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2003.

VAILLANT, Alain. La presse littéraire. In : KALIFA, Dominique; RÉGNIER, Philippe; THÉRENTY, Marie-Ève ; VAILLANT, Alain. *La civilisation du journal*. Histoire culturelle et littéraire de la presse française au XIX<sup>e</sup> siècle. Paris : Nouveau Monde, 2011.

- VENTURA, Roberto. *Estilo tropical*. História cultural e polêmicas literárias no Brasil 1870-1914. São Paulo: Cia das Letras, 1991.
- VERÍSSIMO, José. História da literatura brasileira (1916). In: BARBOSA, João Alexandre. *José Veríssimo*. Teoria, crítica e história literária. São Paulo: EdUSP, 1978.